

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GRACIE SILEZIA DE SOUZA OLIVEIRA

IVETE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TURISMO

MATINHOS

2014

GRACIE SILEZIA DE SOUZA OLIVEIRA

IVETE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA

PESSOA COM DEFICIENCIA E O TURISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial de avaliação para o curso de Tecnologia em Gestão em Turismo, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Mestre
Silvana Cassia Hoeller

MATINHOS

2014

Dedicamos a Jose Alves de Souza, *in memoriam*.

À Paulo Alcimar e Andréia Zulin cujo exemplos de amizade, solidariedade, abnegação, inclusão e amor ao próximo serão jamais esquecidos. O término deste TCC se deveu à eles que oportunizaram um 'canto' e recanto' para que pudéssemos nos dedicar à finalização da escrita deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À D-us. Sem o qual nada é possível.

À Handerléa e Yoannis, sempre presentes e contribuindo com esta jornada.

À prof^a Silvana Cássia Hoeller, pelo carinho, consideração e orientações contínuas; por seu empenho de inclusão: “Ivete você vai, sim, como não? Vai sim, e se não tiver acesso, nós damos um jeito”; “nada disso, você vai sim, que universidade seria essa se não praticar a inclusão?”, “Vamos lá, meninas, vamos, vamos”. Por acreditar e creditar nossos escritos e participações em congressos e eventos.

Ao prof^o Valdo José Cavallet, pelo estímulo e respeito.

Ao prof^o Renato Bochichio, pelo encorajamento, carinho e respeito e o ‘tapinha no ombro: ‘tudo bem aí ‘muié’ de D-us? Sem falar no “conte sempre comigo, viu?”. Impagável.

Ao prof^o Douglas Hammermueller, pelo carinho, consideração e respeito, pelas vezes que ao nos encontrar pelo caminho, parou para uma rápida conversa; dono de amável gentileza sempre que nos encontramos no Setor.

À Prof^a Cinthia Sene Abraão, pela consideração nesses anos de convívio, pelas conversas nas idas e vindas, pelas trocas dos ‘quitutes mineiros’ e pelo carinho que acreditamos dedicar à nós. Nosso afeto.

Ao prof^o Edmilson Paglia que sempre teve especial atenção nas reservas de hotéis, quando de nossas saídas à campo, primando pela privacidade e acessibilidade, pelo carinho e consideração.

Ao prof^o Valentin da Silva, pela solidariedade, carinho e respeito, estímulos contínuos de não desistir e sempre acreditar que algo bom vai acontecer.

Às professoras Edina Vergara, Neusa Tauscheck, sempre solidárias e carinhosas; militantes da inclusão irrestrita.

À prof^a Adriana Vital (UFCEG), pelas palavras de ânimo, carinho e respeito e presença.

À prof^a Daniela Duarte, pela entusiasmo e respeito (‘não é?’)

Ao prof^o Ricardo Gomes, um entusiasta do Turismo, pelo respeito, pela atitude inclusiva (e o: ‘aí bonitões?’).

Aos professores Luiz Ernesto Brambatti, Marcelo Chemin, Marcos Filippim e Beatriz Cabral pelos ensinamentos.

Ao profº Paulo , o 'happy' pela alegria ao ministrar as aulas.

Especial agradecimento aos professores: Silvana Cássia Hoeller, Gabriela Bica, Edmilson Paglia, Diomar Quadros, Afonso Murata, Rangel Angelloti, Rodrigo Mengarelli, por jamais nos deixarem excluídas das atividades à campo por falta de acessibilidade (seus braços tornavam acessível qualquer lugar). Exemplos de mestres com atitudes inclusivas para além das metodologias e matriz curricular.

Aos colegas da AGRO/2008 sempre na memória e no coração; colegas que exerceram a inclusão, não por força da lei e sim por força de suas humanidades, amizade, coleguismo, consideração. Colegas que fizeram muita diferença na nossa trajetória.

Ao professor Adelino Pelissari (Agrárias/UFPR), pela acolhida, os ensinamentos e as muitas palavras de ânimo e fé; por sua gentileza contínua e pela inclusão em todas as atividades didáticas.

Ao professor Sebastião Brasil pela presteza em nos incluir nas aulas à campo da disciplina de "Matologia"/mestrado do Campus Agrárias, bem como pelo transporte à fazenda em seu veículo pessoal e pela pessoa sensível que é.

Aos colegas de Matologia (Agrárias UFPR) que ajudaram nos deslocamentos durante as aulas à campo na Fazenda Canguiri/UFPR

Ao professor Antonio Ribeiro (UFSCAR/UFPR) pelo encorajamento, palavras carinhosas de incentivo e grande consideração e companheirismo numa hora muito difícil.

À Luana Lustosa pelo respeito e coleguismo.

Aos colegas da ICH - Educação no Campo, pela convivência.

Aos colegas agroecólogos, por suas insistências e persistências de vida e respeito em nosso convívio.

À Celso Luiz e Viviane Minaif, sempre solícitos e carinhosos: "qualquer coisa, me ligue, Ivete. Vou te buscar a qualquer hora".

Ao Luís Fernando da Costa Júnior, Assessor do Curso de Gestão em Turismo, sempre solícito e paciente.

Aos e às motoristas da CENTRAN, sempre solícitos nas idas e vindas.

Chaverim Kehilat Sar-El ve Kehilat HarTzion: tefilot, tzedacá ve ahavat.,
todá.

Sete coisas distinguem o sábio do ignorante: o sábio não fala em presença de quem o ultrapasse em ciência ou em idade; nunca interrompe quem fala; não responde nunca com precipitação; interroga com método e responde com precisão; discute as questões segundo a ordem por que foram postas; quando não compreende uma coisa confessa este fato com franqueza, e curva-se ante a verdade. O ignorante faz precisamente o contrário.

Pirkê Avot, Capítulo V – 9

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi apresentar considerações a respeito de alguns aspectos do cotidiano das pessoas com deficiências na atividade turística. A pesquisa identificou o crescimento que ocorre na atividade para pessoas com deficiência e sua tendência de continuar crescendo. Contudo, também foi observada a ocorrência do não cumprimento das determinações legais para a inclusão de todos. Este trabalho pode possibilitar a compreensão deste universo e como a convivência social, por si só, representa uma grande barreira. Os subsídios para a pesquisa deu-se pelo levantamento dos decretos, leis, portarias, dados do Ministério do Turismo, produções acadêmicas, relatos de pessoas com deficiências. Visitamos algumas políticas públicas e reafirmamos a necessidade de desenvolvimento na efetivação desses direitos. Finalizando a análise, percebeu-se que o profissional do turismo precisa atentar para as normas que orientam a adequação dos espaços, treinamento de funcionários, pois, não somente a pessoa com deficiência é cliente, também seus acompanhantes o são. A atividade turística pode alcançar excelentes resultados, desde que, haja comprometimento.

Palavras chave: Necessidades especiais. Direitos. Turismo.

ABSTRACT

The main objective of this work was to present considerations regarding some aspects of the daily lives of people with disabilities in the tourism industry. The research identified the growth that occurs in the activity for people with disabilities and their tendency to continue growing. However, the occurrence of non-compliance with legal provisions for the inclusion of all was also observed. This work may enable the understanding of the universe and how social interaction, by itself, is a major barrier. Subsidies for research given by the lifting of the decrees, laws, ordinances, data from the Ministry of Tourism, academic productions, reports of people with disabilities. We visited some public policies and reaffirm the need for development in the realization of these rights. Finishing the analysis, it was noticed that the professional tourism need to pay attention to the rules governing the adequacy of spaces, employee training, therefore, not only the disabled person is a customer, also their companions are. The tourism industry can achieve excellent results, provided that there is commitment.

Keywords: Special needs. Rights. Tourism.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – HISTORICIDADE.....	03
CAPITULO II – DA DEFINIÇÃO À ROTULAÇÃO	05
CAPITULO III – AS DIFICULDADES.....	09
CAPÍTULO IV – Ir e Vir	16
CAPITULO V – TURISMO ADAPTADO.....	18
1 ALGUNS EXEMPLOS DE CIDADES PREPARADAS PARA O TURISMO ADPTADO E ALGUMAS OUTRAS COM POSSIBILIDADES PARA O TURISMO ADAPTADO.....	19
2 E fora do país?	23
CAPITULO VI – DESENHO UNIVERSAL.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERENCIAS.....	31

INTRODUÇÃO

A pessoa com deficiência também é um indivíduo que possui potencialidades e dependendo de sua inserção social é capaz de atitudes laborativas e intelectivas.

Pessoas há que não conseguem estar com pessoa com deficiência, seja ela qual for, sem se constranger. São incapazes, em alguns casos, de manter relacionamento com pessoa cega ou surda. Poucos, do mesmo modo, conseguem manter uma conversação, sem constrangimentos com cadeirantes, estas atitudes são visíveis; certa ansiedade, desconforto e a falta de naturalidade são percebidos. A falta de naturalidade, talvez, se deva porque a inclusão da pessoa com deficiência não é exercitada e nem mediada, plenamente, pela sociedade como um todo.

Muitas são as dificuldades enfrentadas por pessoas com necessidades especiais; necessidades que quem não as possui sequer imaginam como seja. Talvez, por esta razão, poucas são as literaturas que tratam do assunto, poucos pesquisadores buscam saber, diretamente com as pessoas, quais são suas necessidades. A inclusão é um tema discutido em muitas esferas sociais, no entanto, na atividade turística há muitas dificuldades/barreiras para que isso se efetive. É necessário compreender este universo e a estrutura que envolve a atividade turística para essas pessoas, pois, sim, existem diferenças, mas apenas diferenças.

A motivação pelo tema é de ordem pessoal e a problemática são as dificuldades que a pessoa com deficiência enfrenta no convívio social pelo desconhecimento de suas realidades, do mesmo modo, existe uma ignorância por parte do pessoa com deficiência em conhecer seus direitos. E, em decorrência dos desconhecimentos mútuos é preciso o esclarecimento e engajamento das pessoas pela inserção e inclusão dessas pessoas na sociedade.

O capítulo I, traz uma brevíssima historicidade; o capítulo II, mostra alguns conceitos de deficiência segundo quatro dicionários; capítulo III, algumas

das dificuldades são apresentadas; capítulo IV, trata de como o 'ir e vir' não é tão simples para pessoas com necessidades especiais; capítulo V, mostra que os espaços destinados às pessoas com deficiências devem ser os de inclusão; apresenta em subtítulo: 1- alguns exemplos de cidades preparadas para o turismo adaptado e algumas outras com possibilidades para o turismo adaptado; 2- alguns exemplos de turismo, no exterior, para pessoa com necessidades ; capítulo VI, discorre sobre o conceito de desenho universal, onde , rapidamente, fala sobre a necessidade de adaptações no entorno da pessoa com deficiência, de modo a poder usufruir, salvo as devidas proporções de saúde, tudo o que uma pessoa sem deficiência usufrui e, por fim, as considerações finais.

CAPÍTULO I - HISTORICIDADE

Quando a vida em sociedade foi organizada, começou-se a pensar na existência. Ora, o homem das primeiras civilizações, não tinha instrumentos para verificar que as estruturas psicológicas do ser humano são mais complexas do que as verificadas na natureza.

As pessoas “diferentes” eram tidas como inferiores em relação a outros homens e, também, aos animais. Bom, entendendo que a existência humana se dá pela proposição e imposição de padrões, é ‘normal’ que aqueles que não se adequam a eles sejam discriminados e inferiorizados.

Em Esparta, segundo Silva (1998, p.122), a prática discriminatória acontecia nos assassinatos de bebês e crianças portadoras de alguma característica que não as enquadrava no padrão proposto. Crianças disformes, franzinas e doentias eram submetidas a avaliação dos anciãos e então, eram jogadas do alto do Monte Taygetos.

No Terceiro Livro de “A República”, Platão, pensando numa sociedade ideal, defendeu a aplicação de medidas eugênicas como uma maneira de fortalecer a unidade do Estado (PLATÃO, 2000)

Não somente os gregos discriminavam, também em Roma o mesmo acontecia. Segundo Azambuja (2004, p.181) na Tábua IV da Lei das XII Tábuas (450 a.C), trata do pátrio poder, foi prescrito que o filho monstruoso deveria ser morto imediatamente.

Na Idade Média, a perspectiva da deficiência esteve ligada a crenças sobrenaturais, demoníacas e supersticiosas. Deficientes, ou pessoas doentes, segundo Foucault (1975), eram excluídas através do exílio (para purificar o espaço urbano). Da mesma forma, o trato medicinal também se dava pela exclusão, já que medicar era enviar para fora purificando os outros (como por exemplo, no caso da lepra).

Segundo Silva (2006, p.19) até o século XIX pessoas com deficiência eram nulas na sociedade, suas incapacitações a faziam descartáveis. Nada se fazia para melhorar suas vidas; já no século XX foram criadas instituições para

deficientes mentais moderados e profundos, essas instituições promoviam a segregação.

A discriminação é algo tão arraigado no imaginário das pessoas, que, em algum momento torna-se natural, como por exemplo, os negros dos Estados Unidos, somente em 1964 tiveram acesso à universidade (na década de 40, judeus que emigraram para os EUA fugindo da perseguição nazista na Europa foram os únicos professores brancos a dar aulas em instituições de ensino apenas para negros, como a Howard University e o Hampton Institute). Essa proibição era encarada com naturalidade e poucas vezes contestada (WIKIPEDIA, 2014)

A discriminação pode não ser regulamentada, pois, é algo sutil e excludente, daí ser a inclusão algo com um longo caminho a ser percorrido, considerando que incluir abrange o pensar, ver e agir de cada um.

CAPITULO II – DA DEFINIÇÃO À ROTULAÇÃO

Percebe-se como a sociedade privilegia valores estabelecidos através de fatores econômicos traduzidos ‘no ter’. É comum que muitas pessoas estejam com seus celulares à mão (preferencialmente os últimos lançamentos) para que possam enviar mensagens/manter conversação/tratar de negócios/fofocar através de aplicativos como por exemplo: *twitter, whatsapp, messenger do facebook, weibo, line, meow chat, kakao chat*. Estes aplicativos permitem rapidez na troca de informações, aqueles que não dispõem de tais recursos estão excluídos do ‘*point*’ dos acontecimentos.

Do mesmo modo, aqueles que apresentam alguma forma de deficiência são pessoas que estão fora do ‘*point*’; para eles, os termos segundo suas especificidades são: aleijadinho, manco, cego, mudinho, débil mental, surdinho, termos que de tão corriqueiros encontram-se presentes nos dicionários.

Na tentativa de conceituar pessoas com deficiência, visitemos alguns dicionários para lembrar o que seja ‘deficiente’.

Para Ferreira (2004, p. 610), deficiente – falho, carente, imperfeito.

Bechara (2009, p 262), deficiente – falha; aquele que apresenta insuficiência.

No Houaiss (2004, p.92), deficiente - falho, que não é suficiente sob o ponto de vista quantitativo; deficitário, incompleto; aquele que sofre ou é portador de algum tipo de deficiência.

Segundo as definições de dicionários, a ideia de falha estaria na pessoa com uma ‘falta’ ou uma ‘falha’ sensorial, motora ou mental. Todavia, ‘a falha’ não se situa no indivíduo, e sim no seu relacionamento com a sociedade.

De acordo com o Decreto 3.298 (1999),

(...) deficiência refere-se a alguma perda ou anormalidade que compromete uma função (psicológica, fisiológica ou anatômica), pautando-se nos padrões de normalidade considerados para o ser humano, e incapacita o desempenho de atividade.

O modo como algumas palavras são usadas revelam preconceito ao mesmo tempo que denotam compaixão e piedade. Sentimentos de comiseração e benevolências são sentimentos que tem seu valor especialmente na área de ação social e de instituições religiosas-assistencialistas. Nesses locais, o deficiente é o coitadinho merecedor de ajuda e quem o ajuda, geralmente, espera por recompensas/notoriedade pública ou o perdão divino.

A expressão 'necessidades especiais', define várias pessoas com ou sem deficiência. Ressalta-se que toda pessoa com deficiência pode manifestar uma necessidade especial, mas, também, é certo que nem toda pessoa com necessidade especial possui deficiência.

Expressão como 'aquele que vai ali é um deficiente', ignora que 'aquele que vai ali' é uma pessoa como as demais, podendo possuir ou não uma determinada deficiência. Indiferente de o indivíduo ser gordo, magro, alto, caucasiano ou com deficiência, sempre será uma pessoa, não deixando de o ser por conta da deficiência.

Ao invés de dizer 'aquele que vai ali é um deficiente', falar que 'aquele que vai ali, é, caso seja da área auditiva, pessoa com deficiência auditiva ou surda; duas ou mais deficiências associadas, se diz pessoa com deficiência múltipla.

Segundo Araújo, (1997) deficiência não é algo que se carrega, não é objeto descartável, portanto, a pessoa não porta a deficiência, ela a possui como parte integrante de seu próprio ser. Daí, não ser correto a expressão 'pessoa portadora de deficiência'.

Nem todas as deficiências são aparentes, surdos ou deficientes mentais são menos visíveis que cadeirantes. O cuidado com a caracterização de uma deficiência, ou, até para negá-la, é necessário para evitar consequências negativas. Uma pessoa rotulada como deficiente vive com o estigma da incapacidade que, infelizmente, é irremovível e a impede de exercer funções.

Observa-se que o que define a pessoa com necessidades especiais não é falta de um membro, nem a visão ou audição reduzidas, antes, é o grau de dificuldade para se relacionar socialmente. O indivíduo com alguma deficiência, seja por falta ou excesso, pode apresentar dificuldades de relacionamento dependendo de seu entorno.

Por exemplo: uma pessoa com altas habilidades/superdotação apresentará dificuldades de aprendizado se em seu ambiente familiar ou escolar não dispor de recursos para desenvolver seu potencial; professores mal preparados terão esse 'aluno' como alguém desinteressado, perturbador do ambiente. Outra situação: alunos que necessitam de elevador: se a energia faltar, como elas irão ao último andar? E aquelas pessoas com mobilidade reduzida de forma temporária: pessoas gessadas, grávidas ou com cirurgias recentes, pois, são situações que afetam todos, não somente pessoas com necessidades especiais.

A Organização Mundial de Saúde e a Organização das Nações Unidas, são organismos que discutem o assunto; a ONU (1975) publicou a Declaração dos Direitos do Deficiente, pretendendo que o documento garantisse a proteção desses direitos. Definiram "pessoas deficientes" como aqueles que são incapazes de garantir por conta própria as necessidades de uma vida normal, individual e social, por conta de uma deficiência. Classificaram deficiências (ANAC, 2007), como: a) Deficiência Física; b) Deficiência Auditiva; c) Deficiência Visual; d) Deficiência Intelectual; e) Deficiência Múltipla.

Não importando se portador de deficiência ou não, todos buscam qualidade de vida. De acordo com Fleck et al, (1999) quem usou pela primeira vez a expressão qualidade de vida foi o presidente dos Estados Unidos, Johnson, em 1964, quando afirmou que os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos, porém, medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas.

Como medir a qualidade de vida das pessoas se cada indivíduo é singular em todas as facetas da existência? E se condicionantes internos e externos dependem de características familiares, de amigos, residência, saúde, trabalho e outros que nem sempre podem estar sob controle pessoal?

Segundo Nahas (2001 p.5), a qualidade de vida " pode ser uma medida da própria dignidade humana, pois, pressupõe o atendimento das necessidades humanas"; já Sasaki (2003, p,10-16) definiu qualidade de vida como um "conjunto de situações da vida humana que garantem a satisfação das

necessidades de funcionalidade das pessoas e, em última análise, a felicidade”. Poderíamos, então, dizer que além das necessidades básicas (que nos dias atuais serem atendidas já é motivo de grande felicidade) poder desfrutar do lazer, férias, viagens causaria felicidade?

A realidade das pessoas com necessidades diante da ‘necessidade’ do lazer que por vezes não acontece pela carência financeira e, quando não, pela falta de estrutura para receber pessoas com suas diferentes necessidades, pode ser um fator negativo para se alcançar a felicidade.

CAPITULO III – AS DIFICULDADES

O capítulo trata das dificuldades diárias, na atividade turística das pessoas com deficiência, notadamente quanto a acessibilidade. O artigo 2 da Lei Nº 10.098, de 19/12/2000-Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República define acessibilidade como a

... possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

A ABNT NBR 9050 (2004, p.2) diz sobre 'acessível':

Espaço, edificação, mobiliário, urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação" (...) é a "Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Então, o acesso a qualquer lugar é para todos. Nesse todo, estão as pessoas com necessidades especiais; ainda que essas pessoas careçam de mobilidade, percebemos que nem sempre o mobiliário nas vias e espaços públicos (coberturas de paradas de ônibus/taxi, semáforos, postes de sinalização e iluminação, telefones públicos, lixeiras, toldos, quiosques/barracas de eventos) ao encontro às necessidades.

De acordo com Cohen e Duarte (2003, p.5):

No caso de um cadeirante, por exemplo, o ângulo de visão sempre estará situado à cerca de um metro do chão. Sua percepção do espaço será invariavelmente diferente daquela desenvolvida por pessoas que se locomovem a pé (quando o ângulo de visão se situa, por exemplo, a 1,60m do piso). Nestes casos, a visão que se tem do ambiente de um ângulo bem mais próximo ao chão pode ficar comprometida, pois na medida em que algum mobiliário urbano tenha altura maior que 80 cm, ele se torna um obstáculo visual para o cadeirante. Isso faz com que a cidade seja percebida como um labirinto e uma sucessão de "surpresas visuais", pois esta pessoa com dificuldade de locomoção, só verá certos objetos ao aproximar-se e não verá outros por estarem muito altos.

Alguns detalhes passam despercebidos das pessoas sem deficiências.

O governo lançou o 'Plano Viver sem Limite' (SNPD, 2011) que é um conjunto de políticas públicas estruturadas em quatro eixos:

- 1- Acesso à Educação;
- 2- Inclusão social;
- 3- Atenção à Saúde e
- 4- Acessibilidade.

As ações são interdependentes e articuladas com as outras, na construção de redes de serviços e políticas públicas para assegurar a garantia de direitos para as pessoas com deficiência, considerando suas múltiplas necessidades nos diferentes momentos de suas vidas.

Estas iniciativas são interessantes, contudo, o próprio Ministério do Turismo, através da Coordenação-Geral de Segmentação quando,

(...) se propôs a elaborar uma publicação com artigos acadêmicos, pretendia-se, antes de tudo, conhecer práticas e casos que pudessem auxiliar aqueles que atuam no processo de desenvolvimento, promoção e comercialização de destinos e roteiros turísticos do Brasil. É por esta razão que antes de se dar importância a quais segmentos deveriam compor a obra, foram priorizados os artigos que enriqueciam a literatura, trazendo conteúdo inovador e que realmente contribuísse para o desenvolvimento turístico com aplicação prática de experiências (MTur, 2010, p.11).

Dentre os sete escolhidos (Turismo de Negócios e Eventos, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo Náutico, Turismo Rural, Turismo de Sol e Praia e, por fim, Turismo Industrial), não acontece discussão a respeito da acessibilidade.

Outras pessoas também passam por dificuldades ao tentarem otimizar a vida das pessoas portadoras de necessidades especiais, como por exemplo o caso de uma estudante do último ano do curso de Administração da Universidade Curitiba que pretendia, em 2012, em seu TCC, desenvolver projeto de um bar acessível. A adaptação do bar obedeceria aos quesitos da norma NBR-9050, da ABNT, donde constam critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Todavia, segundo informações de Rafael Bonfim (2012) o projeto foi vetado porque:

- O empreendimento não teria mercado. Pessoas com deficiência não frequentam casas noturnas, bares e afins.

- As pessoas com deficiência não dispõem de recursos financeiros para usufruir desse serviço.
- As pessoas sem deficiência se sentiriam desconfortáveis em um estabelecimento voltado para deficientes.

Nem todas as pessoas tem condições financeiras para vida social noturna e outros, porém, para os que dispõem de recursos será que se privaria de frequentar uma ambiente preparado para recebê-lo? Como um projeto que além de permitir a inclusão traria retorno financeiro considerável foi vetado? Rafael Bonfim, em seu blog, comentou a notícia:

A expectativa de movimentação de recursos na última edição foi de R\$ 550 milhões em negócios, só durante a Feira. Ainda de acordo com a Reatech, o setor de produtos e serviços para reabilitação movimenta cerca de R\$ 1,5 bilhão no País, ao ano, sendo R\$ 200 milhões só com vendas de cadeiras de rodas e R\$ 800 milhões em automóveis e adaptações veiculares (Blog Inclusilhado, 2012)

Segundo os dados apresentados, seria ilógico afirmar que não existe público para este tipo de projeto/empreendimento, até porque é possível a realização do projeto atendendo toda clientela segundo suas possibilidades financeiras e para isso basta que se estudem locais e instalações em diferentes pontos da cidade.

Recentemente uma estudante do setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no município de Matinhos, Pr, não pôde adentrar no ônibus porque o motorista negou-se a ajudá-la: disse que não a pegaria no colo e ponto final. Bom, a moça ficou para trás. Pode ser que o motorista não concordou com a passageira por questão de segurança dela e de outras pessoas com deficiência.

Essa atitude mostra o despreparo de alguns setores em não treinar seus funcionários para este tipo de situação. Essa atitude, além de grosseira, reforça preconceitos, já que o motorista disse que ele não levantaria uma cadeirante porque esse não é o trabalho dele.

Uma das autoras deste trabalho (possui necessidade especial por estar cadeirante) passou algumas dificuldades no Setor Litoral da UFPR, o qual relatamos; quando a entrada de acesso dos estudantes mudou para a Rua

Castro, não havia rebaixamento do meio-fio, dia após dia, a passagem era com a cadeira erguida, contrariando o que diz a lei:

Os sistemas de ensino, nos termos da Lei nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade) e da Lei nº 10.172/2001 (Plano Nacional de Educação), devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação dentro da qual existem bibliotecas – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário e nos transportes escolares.

É o que diz a Resolução, no entanto, na prática pode acontecer da acessibilidade não ser assegurada em muitos espaços acadêmicos.

Certo dia as mesmas acadêmicas se depararam com uma rampa de madeira feita pelos pedreiros da obra. Esses profissionais mereceram elogios, semanas depois eles fizeram outra rampa, dessa vez de cimento. Foram parabenizados, afinal num ambiente de excelência, nada mais justo que excelentes pedreiros tomassem providências, já que a responsabilidade seria da universidade.

Desde 2007, a estudante frequenta a ambiência acadêmica, contudo, pela dificuldade de acesso, aconteceu, por vezes de necessitar ajuda de colegas e eventuais professores para descer as escadas quando da falta de energia que deixou inoperante o elevador.

O Decreto nº 5296, 02/12/2004, art. 24:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos (acessibilidade arquitetônica) para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Não é o que se vivencia dentro de algumas Universidades, pois, as condições não permitem o livre trânsito no ambiente de biblioteca, por exemplo. E nas aulas à campo, dificuldades “ veladas” são colocadas para desencorajarem a participação das estudantes em viagens. O que fazer? Se no ambiente educacional se encontra este tipo de dificuldade, que esperar de locais onde os discursos de inclusão não são tratados com o mesmo ‘empenho’ que alguns mestres e doutores?

Segundo Sasaki (2009, p. 11), a sociedade precisa ser educada:

Educação da sociedade como um todo e, especialmente, dos profissionais com poder de decisão, mas ainda preconceituosos a respeito de pessoas com deficiência, e que por isso deixam de abrir oportunidades de lazer para este segmento populacional.

Pior que as barreiras arquitetônicas, são as barreiras que cada pessoa carrega dentro de si. Não é difícil perceber à porta do elevador da mesma Universidade, acadêmicos disputando a entrada do elevador, ainda que ao lado estejam pessoas que dependem deste equipamento para ter acesso as salas de aula. Em algumas ocasiões, elas ficam de lado ou no final de uma fila, enquanto, os estudantes que podem ter acesso via escada, entram afoitos no equipamento.

Esta é uma situação onde o respeito ao próximo é algo faltante; de nada servem cartazes colocados aqui ou ali, quando lá, em cada ser não existe esta disponibilidade/solidariedade/educação para lidar com o diferente e quiçá em outros setores da vida.

Muitos são os exemplos de dificuldades, afinal a existência humana é tal qual o movimento da chama de uma vela: é dinâmico, nada permanece estático, desse modo, a pessoa com deficiência precisa lidar com as barreiras arquitetônicas, ruas sem pavimentação adequada ou sem pavimento, a inexistência de banheiros adaptados nos locais hospedagem, portas estreitas, rampas insuficientes ou inexistentes, táxis, vans ou ônibus sem adaptação.

Mendes e de Paula (2009), pesquisaram como os cadeirantes percebem a atividade turística, considerando o processo de inclusão social:

(...) a população de cadeirantes considera o turismo em suas várias formas como essencial para a melhoria da qualidade de vida, e que as suas maiores dificuldades encontram-se na quebra das chamadas barreiras. Porém, constatou-se que o acesso dos cadeirantes ao turismo ainda é pequeno, primeiro, pela dificuldade de o deficiente e a sociedade, incluindo aqui os familiares, lidarem com essas diferenças; e, segundo, pela questão financeira, que tem como base a baixa escolaridade, passa pela dificuldade do ingresso no mercado de trabalho e, paradoxalmente, é perpetuada pelo cancelamento do auxílio previdenciário caso passe a declarar qualquer forma de remuneração.

Segundo Suzano e Carvalho-Freitas (2011, p.85),

a inclusão social no turismo não implica somente usufruir do lazer, mas também que este proporcione a acessibilidade para que elas supram seus desejos e necessidades, efetivando a construção de sua cidadania.

Segundo Marques (1999), a minimização das barreiras sociais propiciam às pessoas com deficiências maior integração física, bem como a dissolução do preconceito e da discriminação no contexto social.

O Congresso Mundial de Turismo Social de Desenvolvimento: Unidade na Diversidade realizou pela Organização Internacional de Turismo Social – OITS, no SESC Consolação/SP, a primeira edição do evento na América do Sul em parceria com o Sesc para:

(...) examinar e debater sobre as estratégias que visam o desenvolvimento integral de seus atores e a luta contra a pobreza, a exploração, a discriminação e a desigualdade, apresentando as convergências e as características existentes em suas diferentes formas de fazer o turismo social, solidário, comunitário e o acessível.

Segundo a programação do evento, aconteceu oficina que tratou do turismo acessível, mediada por Ricardo Shimosakai (Diretor da Turismo Adaptado). A oficina abordou experiências e tecnologias sociais que proporcionam a superação de obstáculos, em suas variadas dimensões, para a promoção do acesso ao turismo às pessoas com deficiência.

Shimokasai, formado em Turismo pela Universidade Anhembi Morumbi, paraplégico (devido tiro levado num sequestro relâmpago) conhece muito bem as dificuldades da pessoa com deficiência; então sua missão tem sido tornar o turismo acessível a esse público através de ações em diversas áreas.

A felicidade poderia ser alcançada, se não houvesse lutas a serem vencidas?

Digno de nota foi a iniciativa da Universidade de Caxias que oportunizou a seus acadêmicos da primeira turma da disciplina eletiva "Turismo e o Portador de Deficiência", daquela instituição, e futuros profissionais do Turismo conhecer as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiências e:

...se preparem para melhor atendê-las, seja na elaboração de roteiros específicos ou na adequação das condições dos roteiros convencionais. Os encontros com *as pessoas com necessidades especiais* (grifo nosso), "vão complementar o conteúdo visto em sala de aula", na opinião da professora Heloísa Santini, que ao longo do semestre vem trabalhando com os alunos na disciplina.

Os acadêmicos terão oportunidade de conversar com participantes do Centro Integrado de Portadores de Deficiência Física de Caxias do Sul – CIDeF da UCS, da União Brasileira de Cegos, com acadêmicos portadores de deficiência auditiva, com pessoas com deficiência mental e seus familiares. Também conhecerão um aluno do Centro Ocupacional

da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e conversarão com profissionais de Educação Física que atuam com pessoas com necessidades especiais (UCS, 2007, p.1)

Esse tipo de iniciativa muito contribui para que os futuros profissionais possam entender as necessidades das pessoas e melhor atendê-las em suas atividades turísticas.

CAPÍTULO IV – Ir e Vir

As leis brasileiras ‘garantem’ o ir e vir de todos; nesse sentido, o direito ao lazer e às férias (e viagens de turismo) foram objetos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Quando observamos os terminais rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos veremos pessoas no desfrute de suas atividades de lazer e turismo, mas também, pessoas apenas para negócios ou tratamento de saúde que, aproveitando, aliam seus compromissos ao lazer e turismo.

A história registra a movimentação de pessoas de um local a outro, segundo seus interesses; os gregos, por exemplo, a cada quatro anos, deslocavam-se para prestigiarem ‘Os Jogos Olímpicos’, evento que levava grande número de pessoas à cidade de Olímpia (TURISMOGRECIA.INFO)

Depois, as peregrinações religiosas, nas Idades Média/Moderna, as viagens terapêuticas e aquelas que objetivavam refinamento intelectual da aristocracia, Grand Tour, de 3 a 5 anos (BLOG TURISMO CRIATIVO, 2010) também promoviam grandes deslocamentos.

Portaria nº 119, de 11 de junho de 2014 (MTUr), trata da

obrigação quanto ao serviço de transporte turístico e se soma à Resolução nº 3.871, de 1º de agosto de 2012, da Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT. A resolução determinou que as transportadoras que operam sob o regime de fretamento - serviço privado assemelhado ao transporte turístico – devem comprovar a acessibilidade de todos seus veículos, observado os prazos do licenciamento de 2014, sob pena de serem desabilitados do sistema informatizado da ANTT.

O artigo 30 da Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência da ONU (2008) também reconheceu o direito à participação em igualdade de oportunidades nas atividades turísticas, (Art. 30: Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte) cabendo ao Estado o dever de assegurar a adequada acessibilidade dos serviços turísticos prestados, também, por entidades privadas.

Lígia Gesteira Coelho, em sua dissertação de mestrado/USP (2012), pesquisou a acessibilidade nos principais aeroportos brasileiros: Viracopos/Campinas, Galeão e Santos Dumont/RJ, Guarulhos e Congonhas/SP,

Juscelino Kubitscheck, em Brasília. A pesquisa foi concluída em dezembro de 2012.

Ligia constatou que o atendimento de passageiros com deficiência física ou visual, estrangeiros, gestantes, passageiros com e sem bagagens e idosos deixa a desejar e em alguns aspectos, as companhias aéreas precisam atender melhor as pessoas com necessidades especiais, notadamente a acessibilidade.

Dos seis aeroportos pesquisados durante o ano de 2011, quatro tiveram notas abaixo da média, de acordo com o índice de acessibilidade desenvolvido para apontar os aspectos a serem melhorados. Também os aeroportos de Guarulhos, em São Paulo, e Juscelino Kubitscheck, em Brasília, obtiveram os piores resultados entre os seis analisados, ambos com aproximadamente 0,47 (em uma escala de zero a um). Já o aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, foi o que obteve a maior pontuação, com valor de 0,63.

Esse resultado evidencia que muitos aspectos dos aeroportos brasileiros devem ser melhorados no que diz respeito à acessibilidade.

Alguns ônibus são deficientes no atendimento a pessoa portadora de deficiências; veículos sem equipamentos adaptados não oferecem conforto nem ao cliente como ao motorista que precisa ajudar.

CAPITULO V – TURISMO ADAPTADO

É conhecido que existem dificuldades para a inserção da pessoa com deficiência, todavia, essas pessoas também são clientes em potencial e clientes potenciais de estabelecimentos inclusivos. Lembrando que num ambiente inclusivo não somente a pessoa com deficiência seria atendida, mas também, aqueles que o acompanham.

Segundo as pesquisas de Antônio Bordallo (2008) em alguns países o turismo adaptado tem uma movimentação financeira significativa e em crescimento. Uma coisa é certa: a demanda é existente, pois, não é porque a pessoa tem deficiência que ela não tenha sonhos, desejos de viajar e de conhecer pessoas e lugares.

No Brasil, o aumento da população deficiente empregada e o crescimento do nível escolar dos mesmos promoverão o surgimento de um novo mercado, sem as limitações de acesso do passado e bastantes exigentes em relação aos produtos e serviços de turismo oferecidos (Bordallo, 2008.p.1)

O turismo adaptado busca a inserção de pessoas com necessidades especiais em ações/atividades no turismo, favorecendo a socialização delas com as pessoas com outras pessoas. Os espaços destinados às pessoas com deficiências devem ser os de inclusão, de outra forma apenas reforça a exclusão.

O Art. 46 do Decreto n. 3.298/99, determina a estimulação e ampliação do turismo por meio das adaptações necessárias das instalações hoteleiras e dos meios de transporte, a fim de que sejam acessíveis a todos, porém, ainda que a pessoa com deficiência queira o turismo, muitos logradouros não são acessíveis. Sendo assim, os governantes deveriam atentar para essas condições desfavoráveis impeditivas, já que direitos constitucionais asseguram (?) o direito à cidadania e dentre eles o direito ao lazer e turismo. Os diversos obstáculos, a falta de serviços e profissionais treinados para atendê-las são fatores desanimadores. No entanto, se o governante, quando das obras de construção, estruturação e reformas de lugares públicos lembrasse de pesquisar junto aos usuários qual a melhor forma de minimizar as dificuldades do 'ir e vir', estaria mais próximo de melhor saber quais as reais dificuldades das diferentes necessidades especiais.

1 ALGUNS EXEMPLOS DE CIDADES PREPARADAS PARA O TURISMO ADPTADO E ALGUMAS OUTRAS COM POSSIBILIDADES PARA O TURISMO ADAPTADO

Segundo Ricardo Shimosakai não basta um destino ter uma ou outra atração que contemple pessoas com deficiência, são necessários um conjunto de fatores para que um destino seja realmente adaptado:

Não se pode considerar um destino como acessível, somente por algumas ofertas pontuais de atividades acessíveis. É preciso ter ofertas de acessibilidade em todos os locais e serviços que compõe uma viagem. Colocando Brotas como exemplo, a cidade possui uma precária estrutura hoteleira em relação à acessibilidade, além de poucas operadoras de *rafting* com uma boa capacitação para receber esse público (Shimosakai, 2012, p. 1)

Shimosakai aconselha que antes de escolher um destino, o correto é buscar informações de como aquele destino está preparado para atender necessidades específicas (quartos e banheiros adaptados, menu em Braille, LIBRAS, acesso adequado às cadeiras de rodas, se o local dispõe de *transfers* ou se tem convênios com empresas para este fim). Checar se logradouros públicos (praças, parques) ou locais culturais (museus, teatro) oferecem acessibilidade.

Simone Tavares é mãe de uma criança cadeirante que pôde desfrutar de equipamentos adaptados em Socorro (que é uma cidade certificada, devido a aplicação das normas de segurança para toda pessoa, com ou sem necessidades especiais); no Horto Florestal sua filha brincou no balanço e gira gira. A mãe ficou descansada por ver sua filha brincando sem a necessidade de estar amarrada ou de alguém segurar. Todavia, a mãe chama a atenção para a falta de preservação naqueles equipamentos e naquela data (dificuldade para abrir rampas de acesso por conta de ferrugem).

Ainda em Socorro, estiveram no Hotel Parque Campo dos Sonhos (disponível também para não hóspedes), no local é possível passeios a cavalo, pois, as selas são adaptadas. Passeios na charrete, passeio de trator e esportes de aventura como arvorismo e tirolesa também são viáveis porque todos são adaptados. A íntegra do relato encontra-se no Blog Turismo Adaptado.

Conforme Simone relatou, muitas outras crianças poderiam usufruir dos equipamentos adaptados, quem sabe esses tipos de equipamentos poderiam constar daqueles *kit's* 'academias' presentes em locais públicos como praças, calçadas, calçadas de regiões praianas?

Conforme reportagem publicada no site www.turismoadaptado.wordpress, seis cidades brasileiras receberam destaque por recebem turistas com mobilidade reduzida, deficiência auditiva ou visual.

Curitiba/PR: na cidade, os ônibus adaptados são quase totalidade e o Jardim Botânico, um dos pontos turísticos mais visitados, possui o Jardim das Sensações, com trajeto sensorial constituído de uma pista ladeada por sementeiras com legendas em Braille, que oferece a oportunidade de ver, tocar e apreciar o perfume de espécies botânicas, bem como de simular ambientações de floresta.

São Paulo/SP: alguns museus, como a Pinacoteca do Estado, MASP, Museu do Futebol e o Museu da Língua Portuguesa, possuem catálogos em braile e audioguias. E as atrações públicas da cidade possuem rampas de acesso ou elevadores para cadeiras de roda. Nos parques do Ibirapuera e Villa Lobos, o acesso é facilitado por meio de rampas e no Parque do Jaraguá, há um mirante adaptado para os cadeirantes. Nas ruas, a acessibilidade é considerada boa, mas ainda não é cumprida a rigor. As estações de metrô e trem são equipadas com elevadores que facilitam o deslocamento das pessoas com mobilidade reduzida. A cidade ainda possui a maior rede hoteleira adaptada, com 511 quartos.

Socorro/SP: a cidade, localizada a 130 km da capital paulista, é um dos destinos com melhores condições de receber pessoas com mobilidade reduzida. A estância hidromineral de Socorro, através do projeto Socorro Acessível, conta com adaptações em diversas atrações. Na cidade, é possível encontrar passeios, transportes, edifícios públicos, estacionamentos, telefones para surdos e cardápios em braile por todos os lados. Socorro recebe famílias inteiras em atividades de aventura e ecoturismo, sem exclusão. O Hotel Fazenda Parque dos Sonhos conta com passeios a grutas, tirolesas, cachoeiras e trilhas ecológicas adaptadas para receber os visitantes.

Brotas/SP: interior, a cidade é conhecida por ser um destino de aventuras. Os passeios funcionam normalmente e as operações são idênticas quando existe algum deficiente nelas, o que muda são alguns procedimentos operacionais. Monitores de várias operadoras receberam treinamentos para conduzir os turistas com deficiências. O *rafting* pode ser praticado por todos, já o rapel só não é indicado para os deficientes visuais. O lugar ainda conta com adaptações para arvorismo e tirolesa.

Ilha Bela/SP: a ilha localizada no litoral paulista possui uma boa infraestrutura para os deficientes que procuram por aventura. Por meio de projetos do governo do estado, algumas praias como a do Perequê, Sino e Praia Grande possuem cadeiras anfíbias, que são aquelas que facilitam a chegada dos deficientes ao mar. A Pedra do Sino, um dos pontos turísticos da cidade, pode ser visitada por todos. Rampas de acesso e uma passarela podem ser usadas. A Praia do Julião conta com rampas de acesso para cadeirantes e banheiros adaptados. Ainda, tanto a rede hoteleira como bares e restaurantes da cidade estão preparados para receber deficientes visuais e disponibilizam cardápios e informações em braile, além de acomodações especiais.

Rio de Janeiro/RJ: Lagoa Rodrigo de Freitas, existe um pedalinho motorizado disponível. No Pão-de-açúcar, há elevadores-plataforma que dão acesso às bilheterias e a área de embarque, onde há prioridade para pessoas com deficiência. O Jardim Botânico conta com um jardim sensorial, onde os visitantes têm seus olhos vendados e são guiados por pessoas com deficiência visual em um mini labirinto, onde terão contato com texturas e odores de diversas plantas.

Chapada do Guimarães: a 64 km de Cuiabá, na Chapada do Guimarães, está o Vale da Benção. Em 2011, foi inaugurada a primeira trilha feita para deficientes visuais, no Espaço Turístico Chapada Aventura. A trilha possui cordões e sinalização tátil de onde o visitante pode conhecer um pouco sobre as 32 espécies nativas catalogadas em braile. Pousadas da região contam com adaptação para cadeirantes e cardápios em braile.

Fortaleza/CEky: na cidade, existe estrutura para atender o visitante com deficiência, porém, em alguns passeios públicos, as pessoas podem enfrentar

dificuldades. Um dos principais destinos, o Beach Park, conta com uma boa estrutura de segurança para os visitantes. No Aqua Park, que faz parte do complexo, os visitantes encontram coletes salva-vidas e carrinhos para os que possuem mobilidade reduzida. Os deficientes visuais poderão pedir cardápios em braile. Hotel disponibiliza instalações adaptadas e banheiros com barras de apoio.

Maceió: segundo o IBGE, é a capital que possui a maior porcentagem de quartos de hotéis adaptados para receber visitantes com mobilidade reduzida. A cidade ainda conta com um sistema de jangadas adaptadas.

Em Fortaleza existe muita dificuldade para o trânsito de cadeirantes nas calçadas de alguns pontos da cidade. Meios-fios mais altos que a rua, poucas guias rebaixadas, calçadas entulhadas por comerciantes que avançam quase a metade da calçada tornando difícil o ir e vir de pessoas com bengala, cadeirantes, idosos sendo levados por acompanhantes. Atravessar a ruas requer muita calma e paciência. Circular por alguns locais pode ser uma verdadeira ‘aventura’.

Alguns locais realmente são de difícil acesso, contudo, não impossíveis de serem alcançados. Em graduação anterior não houve nenhum impedimento para que a acadêmica cadeirante participasse de visitas técnicas, ainda que os locais fossem de difícil acesso (solo arenoso, declive/active, barrancos, com escadas ou sem elas, em nenhum momento foi excluída das atividades estudantis com alegações de que o local ‘não é acessível’.

Necessário que a pessoa com necessidade especial conheça suas limitações, tenha coragem e disposição para apesar de, participe de atividades, contudo, se aqueles que estão ao seu redor não perceberem a necessidade de facilitar alguns acessos, aí sim, não há como avançar.

2 - E fora do país?

A Itália, pensando na inclusão das pessoas com necessidades especiais, tornam acessíveis os principais pontos turísticos, viabilizando adaptações e profissionais treinados para atendimento em diversos setores, como por exemplo nos aeroportos onde o turista, de pronto, terá um profissional para orientá-la e esclarecer no que for preciso (REDAÇÃO VITRINE TURISMO, 2014)

Os principais pontos turísticos são acessíveis, pois, segundo informações publicadas no site “Vitrine Turismo” / ‘Destinos e Roteiros’ (2014), não há impedimento para a visita:

O Coliseu

Possui rota sinalizada, com rampas em locais estratégicos, além de elevadores que dão acesso às partes mais altas.

Museu do Vaticano

Além de rampas e elevadores, há passeios especiais que oferecem uma experiência multissensorial completa por obras de arte emblemáticas. Neste roteiro, os turistas ouvem cantos gregorianos e trechos da Bíblia, tocam objetos e sentem o perfume de diversas ervas da época de Cristo.

Veneza

Algumas das principais pontes da cidade possuem rampas e plataformas de acesso e a locomoção fica mais fácil através dos barcos adaptados. Uma alternativa para evitar as pontes é realizar um passeio de barco, conhecido como “Vaporetto”, que tem espaços dedicados a cadeirantes.

Transporte público

A Rede Ferroviária Italiana (RFI) proporciona assistência especial em mais de 150 estações e a maioria dos trens está equipada com áreas para cadeiras de rodas, travas de segurança e banheiros acessíveis. Além disso, há também a inclusão de sinalizações em braile nos corrimões das estações para oferecer maior independência ao usuário com deficiência visual”.

Em Coimbra:

Domingues e Carvalho (2013) em suas pesquisas sobre a acessibilidade e acomodações em Coimbra, chegaram às seguintes conclusões:

- quanto aos alojamentos: 32% têm acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.
- quanto aos monumentos: 38% dos monumentos analisados oferecem acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida.
- quanto aos 12 museus: verifica-se que 7 afirma ter acessibilidade para receber pessoas com mobilidade reduzida.
- quanto aos jardins e afins: 60% dos jardins e espaços verdes oferecem condições de receber pessoas com mobilidade reduzida.

Diante dos resultados, a ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal) tomou algumas providencias:

- aconselha que as visitas dos turistas cegos devam acontecer com acompanhante para as pessoas cegas ou amblíopes (redução ou perda da visão num dos olhos, ou mais raramente em ambos) e/ou guia. No entanto, o acompanhante, que pode ser também o guia, precisa ter formação sobre a área da deficiência visual; isto vale, segundo a Associação, para os atendentes de alojamentos, monumentos, museus e outros. Esses locais devem disponibilizar folhetos em braile.
- remoção de obstáculos: para os ditos normais, uma cidade, urbanisticamente, bem estruturada fará bem para seus cidadão e turistas, imagine-se então uma cidade preocupada com o turista com necessidade especial? Segundo Domingues e Carvalho (2013), Coimbra precisa melhorar seu espaço público: a existência de janelas que abrem para fora, calçadas ocupadas por mesas e cadeiras de cafés e a falta de tapumes em obras atrapalham a vida de qualquer pessoa, porém, muito mais de uma pessoa com deficiência.
- diminuição do tráfego: os autores sugerem a criação de rede que atenda a necessidade do cidadão e que diminua os automóveis das ruas.

- aumento de espaços de lazer em decorrências da diminuição de espaços para estacionamentos: em Coimbra, segundo os autores, existem lugares impróprios que servem como estacionamentos; esses lugares poderiam abrigar construções para atividades de lazer que incluam as pessoas com deficiências.

Na Grécia:

Pessoas com deficiências físicas podem nadar sozinhas na praia de Alepochori/Grécia graças a uma cadeira movida a energia solar desenvolvida por uma equipe de cientistas.

O dispositivo Seatrac permite que os indivíduos entrem e saiam da água de forma autônoma, por meio de um trilho que os leva até o mar e os traz de volta à areia.

O aparelho foi criado em 2008 e protegido por leis de patente europeias e americanas. Ele opera sobre um mecanismo de controle fixo, que permite que até 30 cadeiras de rodas sejam movidas diariamente para dentro e fora do mar.

Atualmente, 11 dispositivos Seatrac estão instalados na Grécia, um país com milhares de ilhas e uma das maiores costas do mundo. Os pesquisadores tentam agora expandir o negócio: o produto já foi exportado para o Chipre, e há negociações com países como Croácia, França, Emirados Árabes Unidos e Israel. (Shimosakai, 2013).

Israel:

Um dos menores países do Mundo, atrai turistas pela cultura e história; como seu tamanho é pequeno, é possível conhecer todos os seus pontos turísticos em poucos dias. O turismo vem crescendo, apesar da delicada situação no Oriente

Médio:

Em torno de 1.941.000 turistas visitaram Israel em 1998, em contraste com 33.000 em 1950, 118.000 em 1960, 441.000 em 1970, 1.180.000 em 1980 e 1.340.000 em 1990. Eles vêm atraídos pela diversidade geográfica de Israel, seus sítios arqueológicos e religiosos, pelo sol que brilha quase o ano inteiro e pelas modernas instalações de recreação no Mediterrâneo, no Lago Kineret (mar da Galiléia), no Mar Vermelho e no Mar Morto. Quase 90% do afluxo anual de turistas vem da Europa e das Américas; os outros vêm de todo o mundo, inclusive visitantes provenientes de países árabes (Cafetorah).

Pessoas com deficiência que pretendem visitar Israel dispõe de guia especializado que sugerem vários itinerários turísticos no norte, centro e sul de Israel, assim como em Jerusalém. Do guia, segundo Meiri, constam introdução histórica e informações úteis do local, como chegar e qual o melhor acesso;

legenda com ícones, apontam a acessibilidade para as diferentes necessidades especiais (cadeiras de rodas, dificuldade de locomoção, carrinhos de bebê e deficientes auditivos).

Roteiros: Mar da Galileia, região de Gilboa, Neot Kedumim, Tel Aviv, incluindo o Museu do Palmach e o Porto de Tel Aviv, Jerusalém, ponto de observação do Negev, e a reserva natural de Ein Feshka e de Qumran, no Mar Morto

CAPITULO VI – DESENHO UNIVERSAL

Previstas em lei, as estruturas dos espaços públicos sendo adaptados para uma sociedade inclusiva, precisa avançar. O principal avanço seria na compreensão da existência das diferenças. Lidar com o diferente exige tomadas de atitudes pessoais: muitas deficiências limitam o cognitivo, Mas, generalizar que toda pessoa com deficiência tem cognitivo rebaixado demonstra ignorância e reforço das atitudes discriminatórias.

Deixar os preconceitos, de conhecer e reconhecer que muitos equipamentos tem um público específico e ajudar a cuidar desses equipamentos também faz parte da inclusão. Vimos no exemplo da Grécia que lixos e entulhos atrapalham o ir e vir das pessoas que necessitam do DispositivoSeatrac.

O preconceito é muito presente nas sociedades, a lei jamais dará conta desse assunto, enquanto as mudanças não acontecerem para além das arquitetônicas.

Todavia, a eliminação das barreiras arquitetônicas se fazem necessárias, por isso, o desenho universal pretende definir um projeto de produtos e ambientes para serem usados por todos.

concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (BRASIL, 2006).

Os primeiros movimentos em prol da eliminação de barreiras arquitetônicas, em 1980, não foi suficiente para ajudar a pessoa deficiente, as barreiras de atitude eram mais fortes, então a ONU em 1981, criou organizações para que direitos fossem conquistados, pensando que com isso, as atitudes discriminatórias seriam minimizadas.

A primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade, 1985, previa a acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços, e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência que ainda funciona. Em 2004 foi revisada e 'acessibilidade' substituiu o antigo termo 'barreiras arquitetônicas'.

Acessibilidade, aponta as barreiras ambientais, de atitudes, as barreiras de comunicação e de transporte. Nos anos 90, surge o conceito de desenho universal.

Segundo a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, tratando da Acessibilidade e Desenho Universal Conceitos, Tendências e Desafios, deixa claro que desenho universal é um planejamento arquitetônico ambiental, de comunicação e de transporte em que todas as características das pessoas são atendidas, sejam elas com ou sem deficiência, afinal, atualmente, a maioria dos locais ou apresentam um ‘cantinho’ para acomodar pessoas com deficiências, ou, não apresentam nenhuma adaptação. Todavia, ao olharmos no entorno, vemos a diversidade de pessoas que nos cercam. Interessante que os locais são preparados apenas para um padrão de pessoa, e essas geralmente são as consideradas ‘normais’.

É realmente mais fácil segregar do que construir espaços utilizáveis por todos? Por que tanta dificuldade em reconhecer que existe a diversidade?

Segundo Gabrilli, “o acesso físico tem que estar em consonância com a acessibilidade em sua atitude. Entender as necessidades do outro é fundamental neste processo”.

Porque impedir o outro, ‘o diferente’, de acessar as mesmas coisas? Porque impedir sua autonomia? Ora, uma sociedade, dita ‘justa’ não propicia condições igualitária a todos? É possível uma sociedade justa oferecer condições iguais a todos, sem deixar de respeitar as diferenças de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história, pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais sempre foram tratadas como anormais, como seres que não deveriam ter o direito à vida. Muitas destas pessoas chegaram a ser mortas em seus primeiros dias de vida ou então eram segregadas, sempre longe das vistas dos 'outros' até que a morte os alcançassem.

Ao longo do tempo, os conhecimentos da humanidade trouxeram novas informações e, com elas, novas visões sobre as deficiências e seus 'possíveis direitos', dentre eles, também a vida.

A vida é feita da busca pela felicidade, através da realização de sonhos, desfrutar de alguma atividade turística contribui para a boa saúde, bom casamento, bom trabalho, bons amigos, bons momentos de bem-estar.

A acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no lazer e turismo, traz preocupação ao mesmo tempo também o interesse comercial neste público.

Apesar disso, a acessibilidade deixa a desejar tanto no Brasil como no exterior; as sociedades no geral tem poucas ações neste sentido, portanto, respeitar pessoas com deficiência também implica na criação e efetivação de políticas públicas que tornem locais turísticos acessíveis.

Acessibilidade é um ato contínuo, onde todos (governo e sociedade) se envolvem para que o desenho universal torne as cidades destinos atrativos não somente para os turistas, mas, principalmente, para os moradores locais.

Pessoas com necessidades especiais não são apenas, as com deficiência física ou mobilidade reduzida, os cegos e os de baixa visão e os surdos, nesse grupo se enquadram os idosos, mulheres grávidas, cadeirantes temporários. E que muitos dessas pessoas tem poder aquisitivo para lazer e turismo, portanto, vale a pena compreender "a importância e os benefícios que as políticas de acessibilidade acarretam" (Domingues, 2012).

Segregar pode ser uma alternativa. A dificuldade em reconhecer que existe a diversidade demanda mudanças tanto materiais como pessoais e nem todos gostam de mudanças.

Impedir o outro, 'o diferente', de acessar as mesmas coisas expõe um aspecto da vida que nem sempre é atrativo. Impedir sua autonomia é mais fácil que admitir que a pessoa também é capaz.

Ora, a sociedade, dita 'justa' não propicia condições igualitárias a todos, quando o faz, é por força da lei. Sem respeitar as diferenças de cada um

Para que o desenho universal se efetive, e as possibilidades das pessoas com deficiência possam ter o direito ao lazer e ao turismo, foi necessária a criação de Leis e Normas.

Ora, enquanto as pessoas 'ditas normais' não são capazes de abolir a discriminação, as leis tentam facilitar a vida de todos os cidadãos, e, especialmente das pessoas com deficiências, pois, quem sabe a sociedade aprenda a trilhar não por veredas, mas, por caminhos que sejam mais justos e humanos, de modo que todos possamos viver com mais dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050, **ACESSIBILIDADE**, 2ª Edição, 2004. Disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf Acesso 21/10/2014

ACESSIBILIDADE EM ONIBUS TURÍSTICO. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/noticias/ministerio-do-turismo-passa-a-exigir-acessibilidade-em-todos-os-onibus-turisticos>. Acesso 23/07/2014

ACCESSIBLE ISRAEL, 2012. Disponível em: <http://www.goisrael.ru/other/flashbooks/all/accessibleisraelenglish/files/mobile/index.html#1>>. Acesso 19/08/2014

AGUIRRE, R. S.; SIMON, M. F. G.; DI SANTO, S. et al. **Recreação e Turismo para Todos**. Caxias do Sul: Educs, 2003. *In: Acessibilidade De Turistas Com Necessidades Especiais Ao Transporte Aéreo*; disponível em: http://fenix3.ufrj.br/60/teses/coppe_m/RafaelTeixeiraDeCastro.pdf> Acesso 21/09/2014

ANAC, **Resolução 009**, de 05 de junho de 2007. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/resolucao.pdf> > Acesso 21/10/2014

ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1997 - 122 p. Disponível em <http://www.mprs.mp.br/dirhum/doutrina/id248.htm>> Acesso 19/10/2014

AZAMBUZA, MARIA REGINA FAY de. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. *In: EVOLUÇÃO JURÍDICA DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL*. Disponível em: <http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo025.pdf>> Acesso em 20/10/2014

BECHARA, EVANILDO. **Mini dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed Nova Fronteira, 2009.

BONFIM, RAFAEL. Blog Inclusilhado. **Universidade de Curitiba barra TCC voltado à inclusão de pessoas com deficiência**. 2012. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/inclusilhado/universidade-de-curitiba-barra-tcc-voltado-a-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em 21/09/2014

BORDALLO, ANTONIO. **Turismo Adaptado**, acessível em http://www.academia.edu/6784468/TURISMO_ADAPTADO

BORDALLO, ANTONIO. **Cadeirantes: clientes em potencial**. Entrevista à Lucas Lemos, publicada em 07/11/2008. Disponível em: <http://www.canalicara.com/noticias/cadeirantes-clientes-em-potencial-1251.html>.> Acesso 23/09/2014

BLOG TURISMO CRIATIVO, **HISTÓRIA DO TURISMO – IDADE MODERNA (PARTE IV)**. Disponível em:

<<http://turismocriativo.blogspot.com.br/2010/01/historia-do-turismo-parte-iv.html>>

Acesso em 21/10/2014.

BRASIL. **Turismo e Acessibilidade: Manual de orientações**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006 p. 10

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do Turismo: Experiências, Tendências e Inovações** - Artigos Acadêmicos / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CAFETORAH. **Turismo em Israel**. Disponível em:

<<http://www.cafetorah.com/portal/Viagem-para-Israel>> Acesso 09/07/2014

CASTRO, RAFAEL TEIXEIRA DE. **Acessibilidade de Turistas com Necessidades Especiais ao Transporte Aéreo**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010

COELHO, LÍGIA GESTEIRA. **Um índice de acessibilidade de aeroportos que incorpora usuários com diferentes restrições de mobilidade**. Catálogo USP, 2012. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18144/tde-20022013-064324/pt-br.ph p>> Acesso 28/08/2014

COHEN, R.; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira. **O ensino da Arquitetura Inclusiva como ferramenta para a melhoria da qualidade de vida para todos**. In:PROJETAR 2003. (Org.). Projetar: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003, p. 159-173. *In* Investir no diferente para ter um diferencial no mercado. Disponível em: <<http://www.rij.eng.uerj.br/research/2009/rm093-01.pdf>> Acesso 12/08/2014

CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Art.30. Disponível em:

<<http://www.fepe.org.br/arquivos/sinteseconvencao.pdf>> Acesso em 28/08/2014

CONGRESSO MUNDIAL DE TURISMO SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO: UNIDADE NA DIVERSIDADE. Disponível em

<<http://www.sescsp.org.br/files/artigo/715929e4-f229-4124-bf88-2f795388cb49.pdf>> Acesso em 02/09/2014

DOMINGUES, CÁTIA; CARVALHO, PAULO. **Acessibilidade E Turismo Na Cidade De Coimbra**, Revista TURyDES, Vol 6, Nº 14 (junio/junho 2013), disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/14/coimbra.html>> Acesso 08/09/2014

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. ONU, 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf> Acesso 29/07/2014

DECRETO N. 3.298, art. 46 de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm> Acesso 29/07/2014

DESTINOS PARA TURISMO ADAPTADO. Disponível em: <<http://turismoadaptado.wordpress.com/2012/08/20/veja-destinos-preparados-para-receber-deficientes-no-brasil/>> Acesso 01/09/2014

CLAUDIA, NUNES, **Turismo Acessível.** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em: <[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/19748/1/Tese%20de%20Mestrado_Turismo%20Acess%C3%ADvel%20%20CI%C3%A1udia%20Nunes%20\(2011\).pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/19748/1/Tese%20de%20Mestrado_Turismo%20Acess%C3%ADvel%20%20CI%C3%A1udia%20Nunes%20(2011).pdf)> Acesso 28/07/2014

FERREIRA, AURELIO BUARQUE DE HOLANDA. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2004. 3ª Ed.

FLECK, M.P.A.; LEAL, O.F.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. **Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100).** Revista Brasileira de Psiquiatria, v.21, n.1, pp.19-28, 1999.

FOUCAULT. MICHEL. **Vigiar e Punir.** Petrópolis/Rio de Janeiro, Editora Vozes, 26ª edição, 1975

GABRILLI, MARA. **Contemplando a diversidade: a importância do desenho universal.**

Disponível em: <http://www.ame-sp.org.br/site/index.php?option=com_content&id=60:contemplando-a-diversidade-a-importancia-do-desenho-universal> Acesso 22/09/2014

HOUAISS, ANTONIO. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

LEI DAS DOZE TÁBUAS In: O DIREITO NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/12tab.htm>> Acesso 06/08/2014

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. ACESSIBILIDADE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acesso 29/07/2014

LEI Nº 7853, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm> Acesso 29/07/2014

MARQUES. C.A. **A estetização do espaço: perspectivas de inserção ou de exclusão da pessoa portadora de deficiência.** Temas sobre desenvolvimento, v. 8, n. 47, p. 10-16, 1999. In: Atitudes dos Gestores no Setor de Serviços frente à Inserção de Pessoas com Deficiência como Clientes Potenciais. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-B1288.pdf>> Acesso 14/08/2014

MEIRI, Eli. **Israel acessível.** Disponível em:

<<http://goisrael.com/other/flashbooks/all/accessibleisraelenglish>> 09/07/2014

MENDES C., BRUNA; PAULA, NILMA MORCERF DE. Vol 2, Nº 4 (janeiro 2009). **O significado do turismo para as pessoas com deficiência física**, disponível em: <http://www.eumed.net/rev/curydes/04/mmp.htm>. Acesso 02/09/2014

MINISTERIO DO TURISMO, **SEGMENTAÇÃO DO TURISMO: EXPERIÊNCIAS, TENDÊNCIAS E INOVAÇÕES**. Artigos Acadêmicos. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Artigos_Acadxmicos_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso 20/10/2014

MOESCH, MARUTSCKA M, e GASTAL, SUSANA. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. SP: Aleph, 2007. *In: SURDEZ E CIDADANIA: Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico*, disponível em: http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/mono_wolney.pdf. Acesso 23/06/2014

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina: Midiograf, 2001. *In: O Instrumento De Avaliação Da Qualidade De Vida Da Organização Mundial Da Saúde, O Whoqol-100, E Sua Utilização*. Disponível em: <http://www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/livro/2_Marcelo_Rugiski.pdf> Acesso 17/07/2014

O turismo e o portador de necessidades especiais: acadêmicos estudam como melhorar essa realidade (2007). Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/tp/Noticias/noticias/1177626082/imprimir>> Acesso 23/06/2014

Os judeus e o movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Os_judeus_e_o_movimento_pelos_direitos_civis_dos_negros_nos_Estados_Unidos/22/04/2014. Acesso 20/10/2014

PLATÃO. **A República**, 2000, São Paulo, Editora Nova Cultural LTDA

PORTARIA Nº 119, de 11 de junho de 2014 (MTUr), disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=99&data=12/06/2014>> Acesso 09/09/2014

REDAÇÃO VITRINE TURISMO. **Itália investe em atrações adaptadas para portadores de necessidades especiais**, 26/02/14. Disponível em <<http://www.vitrineturismo.com.br/noticias/destinos-e-roteiros/321262-atracoes-adaptadas-facilitam-viagem-de-portadores-de-necessidades-especiais-na-italia.>> Acesso 31/07/2014

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12, disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso 29/07/2014

ROSA, ENIO RODRIGUES DA; CARDOSO, MARIA FILOMENA; CABRAL, ANDRÉ ENELSON. **Pessoa com deficiência reformulando conceitos e valores**. Cascavel: Governo Municipal, 2003.

SASSAKI, ROMEU KAZUMI. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: <<http://www.apabb.org.br/admin/files/Artigos/Inclusao%20-%20Acessibilidade%20no%20lazer,%20trabalho%20e%20educacao.pdf>> Acesso 03/09/2014

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA (SNPD), VIVER **SEM LIMITE**. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite-0>> Acesso 01/09/2014

SHIMOKASAI, RICARDO. 2013. **Gregos com deficiências nadam com autonomia graças a cadeira a energia solar**. Disponível em: <<http://turismoadaptado.wordpress.com/2013/09/24/gregos-com-deficiencias-nadam-com-autonomia-gracas-a-cadeira-a-energia-solar/>> Acesso 04/09/2014

_____. **Veja destinos preparados para receber turistas**. Disponível em <<http://www.fernandazago.com.br/2012/08/veja-destinos-preparados-para-receber.html>> Acesso em 04/09/2014

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje**. São Paulo: Dedas, 1998. *In: Pessoa com Deficiência: Reformulando conceitos e valores/Enio Rodrigues da Rosa, Maria Filomena Cardoso André, Nelson Cabral.* Cascavel: Governo Municipal, 2003. Disponível em: <<http://www.asdef.com.br/innova/assets/artigos/historia007.pdf>> Acesso 20/10/2014

SILVA, ALESANDRA SANTOS. **Desvelando o sentido da deficiência mental a partir das diferentes abordagens teóricas e diferentes práticas educativas**. Disponível em <<http://www.unipac.br/site/bb/teses/chdm20072-5.pdf>> Unipac, 2006. Acesso 21/10/2010

SUZANO, JANAYNA DE CÁSSIA COELHO; Carvalho-Freitas, Maria Nivalda. **Turismo e Pessoas com Deficiência: Atitudes dos Gestores do Setor Hoteleiro**. Gerais: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4 (1), 2011, Acessível em <<http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/146-1167-1-PB.pdf>> Acesso 09/09/2014

TAVARES, SIMONE. **Relato de visita a parque adaptado**. Disponível em: <<http://ser-especial.blogspot.com.br/2011/08/parque-adaptado-e-turismo-adaptado-por.html>> Acesso 08/09/2014

Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga. Disponível em:
<<http://www.turismogrecia.info/guias/grecia/os-jogos-olimpicos-na-grecia-antiga>>
Acesso 20/10/2014